

IDEOLOGIA E FORMAÇÃO HUMANA: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, CULTURA E PODER

IDEOLOGY AND HUMAN FORMATION: REFLECTIONS ON EDUCATION, CULTURE AND POWER

IDEOLOGÍA Y FORMACIÓN HUMANA: REFLEXIONES SOBRE EDUCACIÓN, CULTURA Y PODER

Denilma Maria de Assis Fernandes¹

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Jociene Araujo Lima²

Universidade Estadual do Ceará – UECE

José Antonio Gabriel Neto³

Universidade Federal do Ceará - UFC

Resumo

Este artigo abordou o debate sobre ideologia no contexto da tradição marxiana e marxista, com foco nas interações entre ideologia, educação e formação humana. A análise se baseia em uma investigação bibliográfica que visa compreender como esses elementos se inter-relacionam, especialmente no que diz respeito ao papel da ideologia como mecanismo de dominação. A partir das contribuições de Marx, Engels (2007) e Lukács (2012), identificou-se como a ideologia atua para impedir o avanço da consciência de classe, bloqueando o desenvolvimento de uma perspectiva crítica capaz de desafiar a estrutura social dominante. A educação, sob essa ótica, é percebida como um meio que prepara os indivíduos para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que promove a aceitação das normas ideológicas dominantes. São discutidos os impactos dessas dinâmicas na formação do ser social e na perpetuação das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Ideologia; Educação; Formação Humana; Trabalho.

Abstract

This article addresses the debate on ideology within the context of the Marxist and Marxist traditions, focusing on the interactions between ideology, education, and human development. The analysis is based on a bibliographical investigation that aims to understand how these elements interrelate, especially regarding the role of ideology as a

- ¹ Doutoranda em Educação e Ensino pelo Programa de Pós-Graduação Intercampi em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE); Mestre em Educação e Ensino pelo (PPGEEN/UECE). Especialista em Educação e contemporaneidade pelo (IFRN) e Mídias em educação (UERN); Graduada em Pedagogia pela (UERN). Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7098333143047767>. E-mail: jocienelimar1@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4276-6181>.
- ² Mestra em Educação e Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE/UECE - 2025). Especialista em Gestão e Organização da Escola com Ênfase em Direção Escolar (UNOPAR-2021). Graduada em Letras (UECE - 2005). Professora Efetiva da Secretaria de Educação do Ceará e da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2141808810390799>. E-mail: denilma_maria@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1821-4311>.
- ³ Possui graduação em História/Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (2010), graduação em História/Bacharelado pela Universidade Federal do Ceará (2012), mestrado (2014) e doutorado (2020) em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Realizou Estágio Pós-doutoral em Educação e Ensino na Universidade Estadual do Ceará, UECE. Atualmente é professor substituto da Faculdade de Educação da UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3729194670212470>. E-mail: prof.gabrielneto@ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3136-6860>.

mechanism of domination. Drawing on the contributions of Marx, Engels (2007), and Lukács (2012), we seek to identify how ideology acts to impede the advancement of class consciousness, blocking the development of a critical perspective capable of challenging the dominant social structure. Education, from this perspective, is perceived as a means of preparing individuals for the labor market while simultaneously promoting the acceptance of dominant ideological norms. The impacts of these dynamics on the formation of the social being and the perpetuation of structural inequalities will be discussed.

Keywords: Ideology; Education; Human Development; Work.

Resumen

Este artículo abordó el debate sobre la ideología en el contexto de la tradición marxiana y marxista, centrándose en las interacciones entre ideología, educación y formación humana. El análisis se basa en una investigación bibliográfica que busca comprender cómo se interrelacionan estos elementos, especialmente en lo que respecta al papel de la ideología como mecanismo de dominación. A partir de las contribuciones de Marx, Engels (2007) y Lukács (2012), se identificó cómo la ideología actúa para impedir el avance de la conciencia de clase, bloqueando el desarrollo de una perspectiva crítica capaz de desafiar la estructura social dominante. Desde esta perspectiva, la educación se percibe como un medio que prepara a los individuos para el mercado laboral, al tiempo que promueve la aceptación de las normas ideológicas dominantes. Se discuten los impactos de estas dinámicas en la formación del ser social y en la perpetuación de las desigualdades estructurales.

Palabras claves: Ideología; Educación; Formación humana; Trabajo.

INTRODUÇÃO

A ideologia é um conceito central na análise das sociedades, desempenhando um papel fundamental na formação humana. Desde a infância até a vida adulta, os indivíduos são imersos em sistemas de crenças, valores e normas que moldam sua visão de mundo e suas ações. Surge, então, a necessidade de explorar a relação entre ideologia e formação humana, evidenciando como os processos educacionais, culturais e políticos estão imbricados em ideologias que visam moldar o comportamento e a consciência dos indivíduos.

Além disso, examinou-se o impacto dessas ideologias no desenvolvimento da autonomia, da cidadania e da capacidade crítica dos sujeitos sociais. Nesse cenário, a educação está profundamente conectada às condições sociais em que emerge e se desenvolve, refletindo as contradições resultantes das lutas de classes e de suas diversas frações, como aponta Lombardi (2010, p. 13). Tais tensões evidenciam a disputa constante para que o processo educativo seja compreendido como um meio de formação humana integral, e não apenas como um instrumento voltado à produção de mão de obra, em conformidade com os interesses do mercado.

O filósofo polonês Suchodolski (1966) argumenta que, na sociedade burguesa, a educação pode exercer um duplo papel, dependendo da visão daqueles que controlam o



processo formativo. A contradição central da educação escolar reside no fato de que a escola pública é financiada pelo Estado, o qual, por sua vez, é controlado pela classe dominante. Nesse contexto, o Estado se configura como um instrumento de preservação do poder burguês, utilizando o monopólio da violência legítima para reprimir, sobretudo, aqueles que desafiam a ordem vigente.

Neste contexto, o objetivo geral deste artigo é discutir como as ideologias impactam a formação humana, especialmente no âmbito educacional, a partir da análise da relação intrínseca entre trabalho e educação. Sob uma perspectiva crítica, busca-se desvelar como as ideologias podem atuar tanto como mecanismo de limitação quanto como potencial de ampliação da autonomia e da capacidade crítica dos indivíduos.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma leitura ontológica, fundamentada em autores clássicos como Karl Marx (2007), György Lukács (2012) e Ivo Tonet (2013). Essa perspectiva permitiu compreender a ideologia como um processo que não apenas reflete as condições materiais da sociedade, mas também atua como agente capaz de consolidar ou transformar a ordem social vigente.

A coleta de dados foi realizada a partir de fontes secundárias, com ênfase na interpretação crítica dos materiais selecionados, de modo a identificar como as relações de poder e os interesses ideológicos se manifestam na prática educativa. A análise dos dados foi orientada por categorias teóricas emergentes da leitura dos autores citados, possibilitando um entendimento aprofundado das implicações da ideologia na educação e na formação humana.

Dessa forma, a ideologia deve ser compreendida como mediação da práxis humana e expressão direta dos interesses de classe. No contexto neoliberal, ela opera como forma sofisticada de dominação social, produzindo consensos que legitimam a lógica do capital. Tal configuração não apenas atualiza, mas também intensifica os mecanismos de alienação e subordinação, sobretudo por meio da reconfiguração da educação em instrumento de adequação às exigências do mercado e de reprodução da hegemonia burguesa.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa, baseado na revisão bibliográfica, com caráter exploratório e de abordagem crítico-dialética, orientado pelos pressupostos ontológicos do materialismo histórico-dialético de Marx. O método da ontologia materialista de Marx entende a realidade histórica como uma síntese dialética de múltiplas determinações. Para aproximar o objeto de estudo da realidade, é necessário compreender a relação dialética



entre ambos, superando a aparência e a imediatividade do cotidiano e buscando sempre sua essência histórico-genética.

O ser e a realidade concreta constituem um processo de caráter histórico. A história é resultado das ações humanas e se manifesta por meio de saltos, rupturas e continuidades. Nessa perspectiva, o cotidiano representa apenas um aspecto do ser e da história, embora seja fundamental para revelar a origem e a constituição desses fenômenos.

A pesquisa adotou uma abordagem teórico-bibliográfica, fundamentada na análise de obras clássicas e contemporâneas do pensamento marxista que discutem a ideologia, a formação humana, a educação e o trabalho. Autores como Karl Marx, Friedrich Engels (2007), György Lukács (2012), István Mészáros (2004), Ivo Tonet (2013) e Dermeval Saviani (2008; 2012; 2014), entre outros estudiosos que investigam essas temáticas, contribuem para a compreensão do referencial teórico adotado, colaborando para a estruturação de uma análise das determinações sociais e históricas que conformam o fenômeno educativo, especialmente no que diz respeito à ideologia, à educação e à formação humana.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA SOB DOMINAÇÃO CAPITALISTA

Iniciamos este debate enaltecendo que, antes de avançar na análise do papel da ideologia nas práticas educacionais, no trabalho e em sua relação com a formação humana, é necessário esclarecer o próprio conceito de ideologia. É comum encontrarmos o termo sendo utilizado de forma pejorativa, associado à ideia de mentira, falsificação da realidade ou manipulação de ideias.

Michael Löwy (2006, p. 10) alertava que “é difícil encontrar, na ciência social, um conceito tão complexo e tão cheio de significados quanto o conceito de ideologia”. Diante dessa complexidade, trataremos, neste texto, o conceito de ideologia na perspectiva desenvolvida por Marx e Engels como *falsa ideologia e/ou falsa consciência*, descrita em *A Ideologia Alemã* (2007). Posteriormente, Gramsci, apud Liguori (2007), aprofunda esse conceito, definindo-o como a visão mais clássica sobre a ideologia, ao retratar que “[...] para o jovem Gramsci, a concepção da ideologia em Marx (aquela que hoje consideramos ‘clássica’, na concepção de visão distorcida da realidade) é inaceitável” (Liguori, 2007, p. 81).

Assim, as formas ideológicas que permeiam a vida social exercem profunda influência sobre a formação dos indivíduos e da humanidade como um todo. O



desenvolvimento limitado e distorcido dos seres humanos nas sociedades de classes, especialmente no contexto capitalista, tem se consolidado como um mecanismo que reforça a divisão social do trabalho.

Ao ser reduzido a funções isoladas, o indivíduo não apenas se mutila intelectualmente e criativamente, mas também se distancia de sua condição de liberdade plena, tornando-se subordinado às exigências do sistema produtivo capitalista. Nesse contexto, a “escola do trabalho” deve ser compreendida como um processo social complexo, caracterizado por um movimento de ideias e ações que introduzem o trabalho na educação como princípio educativo (Lombardi, 2010). Esse processo reflete a instrumentalização do ser humano, moldado para atender aos interesses da reprodução do capital, em detrimento de sua emancipação enquanto ser social completo.

Nesse sentido, a práxis educativa pode ser compreendida como uma forma de ideologia, por meio da qual se transmite os conhecimentos e valores essenciais à reprodução social. A educação, assim como a ideologia e o trabalho, é um elemento inseparável do processo de reprodução social, pois desempenha um papel fundamental ao mediar a relação entre o indivíduo e o conjunto da humanidade, servindo também como mecanismo pelo qual se dissemina as concepções sobre o funcionamento da sociedade.

Compreender o papel da ideologia no contexto da vida social dos indivíduos requer uma profunda análise de como se estabelecem as relações do trabalho com os demais complexos sociais. Nesse sentido, é crucial entender a ideologia sob um ponto de vista ontológico marxiano, ou seja, como uma perspectiva que se preocupa em analisar as atividades humanas a partir da própria lógica do movimento da realidade objetiva em seu processo histórico.

Esse entendimento é crucial para a análise da ideologia, pois deve ser abordado sob uma perspectiva ontológica, em vez de apenas gnosiológica. De acordo com Tonet (2013), a abordagem gnosiológica centra-se no sujeito, que constrói teoricamente o objeto, visto que “o sujeito é o polo regente do processo de conhecimento”. Em contrapartida, a perspectiva ontológica coloca o objeto como foco da análise, na qual “não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (Tonet, 2013, p. 14).

Assim, Tonet (2013) enriquece a compreensão do ponto de vista ontológico, que percebe a realidade em sua totalidade a partir das condições materiais. Nesse sentido, a concepção ontológica da ideologia na vida social, fundamentada no marxismo, é essencial para indicar o caminho da transformação revolucionária da sociedade. Essa visão da



realidade pode promover a humanização do ser humano, tanto em suas capacidades quanto em suas necessidades.

A educação desempenha a função social de transmitir para a sociedade os conhecimentos e habilidades essenciais à continuidade da reprodução social. Por sua vez, a ideologia orienta a práxis humana diante dos conflitos sociais. Como a educação é determinada ontologicamente pela totalidade social, fica evidente que o caráter ideológico dominante se alinha aos interesses da classe social dominante.

Assim, as ideias predominantes são frequentemente apresentadas como universais, refletindo não a totalidade da realidade social, mas os interesses da classe dominante. Como afirmam Marx e Engels (2007, p. 47), “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. Essa constatação evidencia que a ideologia funciona como instrumento de manutenção da hegemonia, naturalizando a ordem social existente e moldando a consciência coletiva de forma a reforçar a subordinação das classes dominadas.

As ideologias, em suas diversas manifestações concretas, podem tanto desenvolver os homens reais quanto obstaculizar esse desenvolvimento. A existência das sociedades de classes impossibilita o desenvolvimento do ser humano, pois permite a acumulação de riqueza – acumulação essa imprescindível para o progresso da sociedade humana.

A exploração do homem pelo homem impede o desenvolvimento humano, desumanizando tanto suas capacidades quanto suas necessidades. Mészáros (2004), ao recorrer às palavras de Marx no prefácio de 1859 do livro *Teses sobre Feuerbach*, afirma que as formas ideológicas da vida social são formas de consciência pelas quais os homens tomam conhecimento dos conflitos sociais e se preparam para enfrentá-los por meio da luta.

As ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se interrelacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente (Mészáros, 2004, p. 65).

Para Lukács (2012), a correta apreensão do fenômeno ideológico deve ser realizada sob o ponto de vista ontológico elaborado por Marx e extraído da própria realidade social. Essa perspectiva evidencia que as ideologias não são meras construções subjetivas ou abstratas, mas refletem as condições materiais e estruturais da sociedade, funcionando



como mecanismos que podem tanto legitimar quanto desafiar as relações de poder e a reprodução das desigualdades sociais.

A ideologia é, sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente *no hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. Essa determinidade de todos os modos de exteriorização [Äußerungsweisen] humanos pelo *hic et nunc* do ser-propriadamente assim histórico-social de seu surgimento tem como consequência necessária que toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia. Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo (e, em muitos casos, também a sua forma) conserva dentro de si as marcas indeléveis de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas possíveis – funções no processo dos conflitos sociais. Porque, de modo inseparável desse fato, a ideologia é um meio da luta social, que caracteriza toda sociedade, pelo menos as da “pré-história” da humanidade (Lukács, 2012, p. 335).

Segundo o autor, o que define a ideologia não é sua falsidade, mas sua função social como *um meio de luta social*. Assim como a realidade objetiva oferece o campo de possibilidades para a elaboração das prévias ideias nos atos de trabalho, sempre orientados por uma finalidade, a ideologia - como momento ideal da práxis humana - orienta as decisões, tornando-as conscientes e direcionadas à ação.

Nesse sentido, a aprendizagem está intrinsecamente ligada à exclusividade do trabalho humano, que antecipa idealmente, na consciência, a forma de desenvolver sua ação; ou seja, a capacidade de planejar e conhecer para alcançar seus objetivos. O trabalho exerce a função essencial de sustentar a reprodução social, estabelecendo a relação orgânica entre o homem (a sociedade) e a natureza.

A educação, como complexo social de ordem superior, é criada pelo trabalho e depende ontologicamente dele; entretanto, sua autonomia relativa não é neutra, pois opera dentro de limites impostos pelas relações de poder e pela ideologia dominante, podendo tanto reproduzir a subordinação social quanto potencializar a consciência crítica e emancipatória dos indivíduos.

Embora educação e trabalho sejam complexos sociais ontologicamente distintos, com funções qualitativamente diferentes no processo de reprodução social, eles mantêm



uma relação mútua: a educação depende ontologicamente do trabalho, possui autonomia relativa e ambos se influenciam reciprocamente (Tonet, 2005).

A educação, ao exercer a função social de transmitir e permitir a apropriação do patrimônio cultural e material, também é necessária para que os indivíduos se integrem ao gênero humano. Em termos ontológicos, isso significa que a educação promove a continuidade do ser social em uma determinada totalidade social. No entanto, essa análise não nega que tanto a educação quanto o trabalho sejam permeados por conflitos entre classes sociais, como os existentes entre burguesia e proletariado no capitalismo.

O trabalho, como categoria fundante do ser social, é indispensável, pois é por meio dele que se desenvolvem outras objetivações que, embora autônomas, mantêm uma relação de dependência. Como práxis central, o trabalho não apenas gera outras práxis, mas também estrutura a reprodução social de forma a perpetuar relações de poder e ideologias dominantes, condicionando as atividades humanas e moldando a consciência social de acordo com os interesses da classe dominante.

Diante disso, a educação é compreendida como uma dessas objetivações, com autonomia relativa, mas profundamente ligada ao trabalho, tanto na formação humana quanto no desenvolvimento das capacidades necessárias à manutenção e à transformação da sociedade. Referimo-nos aqui à formação humana na perspectiva ontológica do materialismo histórico-dialético, ou seja, que não deve ser restrita à ideia de saberes e de competências técnicas operacionais. Ao contrário, a formação humana é entendida como um processo complexo, relacionado à origem da constituição ontológica do ser social.

Para Lukács (2010), a formação humana pode ser compreendida como a objetivação das potencialidades do ser social total, realizada por meio do trabalho, da cultura, da educação e dos demais complexos responsáveis por fundar e desenvolver o ser social. Ainda sobre o processo de formação humana, Mészáros (2005) enfatiza que ela só pode acontecer em uma sociedade livre das amarras do capital. Para o autor, é inviável conceber uma formação humana autêntica em uma sociedade desigual, alienada, fetichizada e dominada ideologicamente pela hegemonia da classe dominante. Assim, apenas quando superarmos o modo de produção capitalista, poderemos alcançar a formação humana em toda a sua amplitude.

Por sua vez, Saviani (2008) destaca a formação humana como um processo de apreensão do saber cientificamente sistematizado, buscando relacionar esse saber com a sua realidade objetiva. Para o autor, somente com a apropriação desse saber o indivíduo possui condições de compreender as contradições existentes na sociedade e intervir de



modo crítico e consciente na realidade concreta. Por fim, entendemos que pensar a educação como uma etapa importante na formação humana é reconhecer que, sem a superação do atual sistema, a emancipação social se torna uma mera utopia.

EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO

Nos últimos anos, as transformações políticas e econômicas resultantes da implementação de políticas neoliberais em âmbito global têm impactado profundamente diversos setores da sociedade, incluindo a educação. Um dos efeitos mais evidentes é o estreitamento da relação entre educação e mercado, o que tem reconfigurado a própria finalidade do sistema educacional.

Sob a lógica neoliberal, a escola passou a ser vista como uma ferramenta para atender às exigências do mercado de trabalho, moldando os currículos de acordo com suas demandas imediatas. Isso faz com que princípios como competitividade e individualismo prevaleçam sobre uma formação que deveria ser voltada para o desenvolvimento crítico e emancipador dos educandos.

Esse processo acaba por reduzir a educação a uma mera mercadoria, alienando o educando de sua capacidade de questionar e transformar a realidade. A ênfase no sucesso individual, na eficiência e na produtividade - características centrais da lógica neoliberal - vai de encontro à construção de uma formação crítica e emancipadora, que possibilitaria a superação das contradições sociais e o fortalecimento de uma cidadania ativa.

A nova ordem redefine as funções do Estado, redimensionando-o para atender aos interesses do capital, como se evidencia na implantação do Estado gerencialista. Esse modelo de educação tem como objetivo central a descentralização da autonomia das escolas, de maneira que favoreça a perpetuação da hegemonia econômica.

Na prática, essa descentralização tem transferido o controle da educação para grandes grupos empresariais, consolidando um sistema cada vez mais dominado pelo setor privado. Ao priorizar os interesses do mercado, a educação pública perde sua função social de promover o desenvolvimento crítico e emancipador, sendo transformada em um mecanismo para atender às demandas do capital. Para Andrade, Côrtes e Almeida (2021):

o neoliberalismo não necessariamente substitui outras racionalidades políticas já existentes ou que se desenvolveram em paralelo a ele. Antes, ele se articula com elas e altera as constelações históricas ao definir combinações dinâmicas e variadas e dar origem a todo tipo de invenção político-institucional (Andrade; Côrtes; Almeida, 2021, p. 1).



Essa reestruturação é legitimada por uma narrativa histórica que remonta a uma cultura política autoritária, a qual tem moldado o Estado e suas políticas educacionais ao longo do tempo. O processo se intensifica com a crescente influência das políticas neoliberais, que tratam a educação como mercadoria, visando à maximização de lucros e à redução dos custos sociais.

Encontramos essa estruturação do Estado e do capital nos documentos normativos e nas políticas educacionais. Um exemplo disso é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento que normatiza os currículos escolares comuns a todos os indivíduos, tendo como eixo central a inserção de competências e habilidades que todos os estudantes precisam adquirir para se adequar minimamente às exigências do mercado de trabalho, deixando em segundo plano a formação crítica, emancipada e integral.

Neste contexto, a BNCC compromete-se, desde a sua gênese, com uma concepção de educação baseada no modelo *por competências*, alinhada às diretrizes defendidas há décadas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa abordagem prioriza a formação de sujeitos conformados, passivos e produtivos, voltados à empregabilidade, em detrimento da formação crítica e da compreensão da realidade social.

Além da influência direta desses organismos internacionais, as políticas educacionais brasileiras também vêm sendo moldadas pela crescente inserção de fundações empresariais – como o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Lemann, o Instituto Unibanco e a Fundação Bradesco –, que tratam a educação como um campo estratégico de investimento e lucro. Essas empresas adentram a escola promovendo práticas com viés privatizante, que se apropriam do fundo público e moldam a escola segundo os interesses do mercado.

Para Patrinos (2000, apud Siqueira, 2004), a esfera educacional, por ser uma das que mais movimentam dinheiro e utiliza recursos do fundo público, é enxergada por essas empresas como uma oportunidade de lucro. Segundo a autora, estima-se que o setor educacional, considerando gastos governamentais e privados, movimenta cerca de dois trilhões de dólares, despertando o interesse do capital em busca de lucro.

Dentre as muitas práticas promovidas por essas fundações empresariais, responsáveis por grande riqueza, destacam-se o desenvolvimento de materiais didáticos e a formação de professores. Segundo reportagem do portal G1, publicada em julho de 2025, a Abrelivros estimou que seriam necessários cerca de R\$ 3 bilhões para a aquisição de todos os livros didáticos, além de aproximadamente R\$ 500 milhões para a distribuição do



material (G1, 2025). Esses números comprovam o quanto o setor editorial voltado à produção de livros didáticos se tornou um dos mais lucrativos e disputados do país.

Segundo as autoras Cária e Andrade (2011, p. 2), “[...] o livro didático, assim como os Sistemas de Ensino apostilados, constitui o mercado privado e faz parte do fenômeno que tem sido denominado por especialistas como a mercantilização da educação escolar”. Ou seja, a disputa pela produção do livro didático vai muito além do nicho de mercado altamente rentável; entra também no espaço destinado à propagação da ideologia da classe dominante.

Um exemplo consolidado da disputa ideológica presente nos livros didáticos é a constatação da abordagem do agronegócio nesses materiais. Segundo notícia da Agência Senado, publicada em novembro de 2024, foi apresentado o Requerimento 106/2024 – CE, de autoria conjunta dos senadores Zequinha Marinho (Podemos-PA) e Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), que buscava debater o “suposto viés político e ideológico presente nos livros didáticos que abordam o agronegócio brasileiro” (Agência Senado, 2024, s/p).

Esse fato aponta que os materiais didáticos adquiridos com recursos públicos pelo Ministério da Educação (MEC), por muito tempo, negaram uma discussão crítica sobre o agronegócio, ocultando seu impacto na sociedade, demonstrando como, dentro da produção e distribuição desses materiais, encontramos uma disputa entre projetos societários antagônicos.

Esse exemplo evidencia como as políticas neoliberais influenciam diretamente o setor educacional, reconfigurando seu papel social e subordinando-o aos interesses do capital. Com o novo modelo de Estado, emerge uma relação entre Estado e educação marcada por reformas que implementam políticas educacionais voltadas à mercantilização do ensino, transformando a escola em um instrumento de formação de sujeitos conformados às demandas do mercado.

Com efeito, a função principal da educação deixa de ser a promoção da formação crítica, emancipadora e integral, passando a priorizar a adequação dos indivíduos às necessidades imediatas do capital. Frigotto (2010) aponta que:

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimento, habilidades, atitudes, concepções e valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sócios, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – ‘capital humano’. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção (Frigotto, 2010, p. 20).



Esse fenômeno é claramente evidenciado pelas diretrizes impostas por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que atuam como agentes normativos nas políticas educacionais dos países em desenvolvimento. Ao introduzirem os princípios do neoliberalismo no campo educacional, esses organismos contribuem para a consolidação de um sistema que transforma a educação em mercadoria, subordinando o ensino às demandas do mercado e promovendo a desigualdade social.

Nesse contexto, a educação deixa de ser instrumento de formação crítica e emancipadora, passando a reproduzir a lógica de dominação econômica e ideológica vigente. Freire (1997) ressalta que

É necessário desmascarar a ideologia de um certo discurso neoliberal, chamado às vezes de modernizante que, falando do tempo histórico atual, tenta convencer-nos de que a vida é assim mesmo. Os mais capazes organizam o mundo, produzem; os menos, sobrevivem. E que “essa conversa de sonho, de utopia, de mudança radical” só faz atrapalhar a labuta incansável dos que realmente produzem. Deixemo-los trabalhar em paz sem os transtornos que nossos discursos sonhadores lhes causam e um dia se terá uma grande sobra a ser distribuída. Esse inaceitável discurso contra a esperança, a utopia e o sonho é o que defende a preservação de uma sociedade como a nossa, que funciona para um terço de sua população, como se fosse possível aguentar por muito tempo tamanho descompasso (Freire, 1997, p. 54).

Essas mudanças ocorridas no seio do capitalismo mundial exigem um correlato ideológico que lhes deem sustentação, o qual se manifesta, por assim dizer, em uma reedição do liberalismo: o neoliberalismo. A partir dessas influências, observa-se a adoção de políticas que favorecem a privatização e a mercantilização da educação, como a ampliação de parcerias público-privadas, a criação de vouchers educacionais e o financiamento de escolas por grandes grupos empresariais. Tais medidas fragilizam o papel do Estado como garantidor de uma educação pública, gratuita e de qualidade, transferindo responsabilidades para o setor privado, cujo foco principal é o lucro.

A DIALÉTICA DA FORMAÇÃO: AUTONOMIA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA

O processo de formação humana nas sociedades modernas é influenciado por diversos elementos que moldam a identidade e os valores dos indivíduos. A Teoria Crítica oferece ferramentas essenciais para compreender como o poder e a cultura operam na sociedade capitalista, evidenciando sua função legitimadora e dominadora, ao mesmo tempo em que aponta possibilidades de resistência.



A cultura, portanto, não deve ser compreendida apenas como espaço de emancipação, mas também como campo de disputa, frequentemente capturado pela lógica mercantil e pelos interesses da classe dominante. Nesse sentido, ainda que possa ser reinterpretada como uma força política capaz de desafiar a mercantilização da educação e confrontar a ideologia hegemônica, a cultura permanece atravessada por tensões que tanto limitam quanto potencializam a formação de sujeitos críticos, autônomos e emancipados.

Segundo Gadotti (2004, p. 153), invasão cultural “é a penetração, em uma sociedade qualquer, de uma cultura estranha que a invade e lhe impõe sua maneira de ser e de ver o mundo”. Tal imposição não se reduz a um simples encontro entre culturas, mas revela um mecanismo ideológico de dominação, pelo qual os opressores buscam desarticular os referenciais próprios dos indivíduos e impor visões de mundo que garantam a manutenção de sua hegemonia. Daí a percepção de que a invasão cultural atua como instrumento de reprodução da lógica capitalista, pois transforma a cultura em mercadoria, homogeneiza identidades e nega a autonomia crítica dos sujeitos.

A aspiração de resgatar a formação cultural apresenta grande potencial para o pensamento educacional contemporâneo, sobretudo quando compreendida como apropriação crítica da cultura e não como mera acumulação de informações voltadas ao mercado. Esse resgate, necessariamente dialético, revela que a cultura, sob o capitalismo, é transformada em instrumento de dominação política e em mercadoria, servindo à reprodução da ideologia dominante.

No entanto, ao recuperar sua dimensão emancipatória, a formação cultural se torna prática pedagógica capaz de promover a autorreflexão crítica, questionar as estruturas de poder e fortalecer a luta contra a barbárie social engendrada pelo capital. Nesse horizonte, Adorno (2003, p. 125) lembra que “a educação e o esclarecimento têm o poder de modificar atitudes, inclusive daqueles que cometem atos bárbaros”.

A educação tem sido cada vez mais questionada, especialmente no campo das ciências sociais e da filosofia crítica. O agir concreto emerge como a verdadeira substância da existência humana. A partir daí, compreende-se que o ser não é uma entidade fixa que precede a ação, mas, ao contrário, é a própria ação que configura e define o ser. Tal concepção aproxima-se da noção marxista de práxis, interpretado⁹ como atividade vital que articula teoria e prática, por meio da qual o ser humano não apenas interpreta o mundo, mas o transforma. Como destaca Lukács (2012), é na práxis que se revela a essência do ser social, pois somente através dela o homem se constitui historicamente e adquire consciência de si.



A essência humana, portanto, não pode ser compreendida como algo dado de antemão; ela se constrói, transforma e se realiza continuamente por meio da práxis. É na prática que os indivíduos e as sociedades moldam a história e a si mesmos. Os seres humanos estão em constante processo de mudança e reconstrução, transcendendo sua base biológica e afirmando-se como seres culturais, o que define a historicidade de sua existência.

Para Mészáros, a formação humana é inerentemente pessoal, e ninguém pode se formar sem sua participação ativa no processo. O autor afirma que “somente nessa relação é possível conceber a superação da mera exterioridade nas atividades vitais do ser humano” (Mészáros, 2016, p. 173).

Desse modo, as relações de produção não se perpetuam automaticamente, mas têm êxito quando os indivíduos interiorizam as pressões externas e adotam as perspectivas da sociedade vigente como limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. Essa interiorização constitui um mecanismo ideológico, conforme apontam Marx (2005) e Lukács (2012), pelo qual a consciência dos indivíduos é moldada de modo a naturalizar a ordem social existente. Com efeito, os sujeitos passam a reproduzir, conscientemente ou não, uma concepção de mundo e uma forma de intercâmbio social que reforçam os interesses da classe dominante, mantendo a hegemonia do sistema e limitando o potencial de transformação social.

Logo, a educação pode ser entendida como um processo dialético de construção, no qual os indivíduos estão continuamente se moldando e sendo moldados pelas condições históricas, sociais e materiais. Essencialmente, trata-se de um processo contínuo, no qual o ser humano se transforma e se reconstrói ao longo do tempo por meio da prática educativa.

A manipulação ideológica, segundo Freire (1987, p. 79), torna-se uma necessidade imperiosa das elites dominantes para manter uma organização inautêntica, impedindo a verdadeira organização das massas. Sob a ótica marxista, essa dimensão da educação evidencia como o ensino pode ser estruturado para naturalizar a hierarquia social e consolidar a hegemonia da classe dominante, enquanto uma prática consciente e crítica de educação constitui um espaço potencial de contestação.

A formação humana, nesse contexto, assume uma dimensão dialética. De um lado, as ideologias atuam moldando o indivíduo para que se adapte à ordem social vigente, naturalizando as relações de poder e consolidando a hegemonia da classe dominante; de outro, surge a possibilidade de uma formação emancipada, capaz de libertar o ser humano



das amarras ideológicas, permitindo-lhe desenvolver uma consciência crítica e reflexiva sobre a realidade social. Esse confronto entre adaptação e emancipação é central para a teoria crítica da educação, pois evidencia que a educação não é neutra.

Segundo Saviani (2012), a ideologia é a expressão de interesses, o que implica que todo conhecimento está, de alguma forma, vinculado a um conjunto de interesses. A neutralidade no campo do conhecimento é uma ilusão, já que sempre há uma dimensão ideológica que o permeia. O interesse, portanto, é inerente ao processo de produção do conhecimento. Isso significa que, embora certos interesses possam distorcer ou obscurecer a compreensão da realidade, existem também interesses que, ao contrário, exigem um conhecimento preciso e objetivo dessa realidade.

Esses interesses que promovem o conhecimento objetivo estão relacionados, muitas vezes, à luta por uma compreensão mais profunda e crítica do mundo, capaz de revelar as contradições sociais e promover a transformação. A objetividade, nesse caso, não significa ausência de perspectiva, mas sim compromisso com a verdade e a busca por uma compreensão mais fiel da realidade social.

Enquanto certos interesses ideológicos buscam perpetuar o *status quo* e a dominação da classe dominante, outros orientam o conhecimento para a emancipação, revelando as contradições sociais estruturais e atuando como instrumento de transformação crítica da realidade, em consonância com a perspectiva marxista sobre ideologia e formação humana.

Além disso, Saviani (2012) destaca que reconhecer a presença de interesses no processo de produção do conhecimento é fundamental para compreender como diferentes grupos sociais disputam a hegemonia ideológica e epistemológica. A ideologia dominante tende a moldar o conhecimento de forma a legitimar e perpetuar as relações de poder existentes, mas há sempre a possibilidade de produzir um conhecimento que desafie essa hegemonia, expondo suas contradições e propondo alternativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que, por meio da educação, é possível transmitir aos indivíduos conhecimentos e valores com potencial revolucionário, capazes de questionar as estruturas de poder e, ainda, desafiar a dominação da classe dominante e contribuir para a superação da sociedade de classes e do Estado que dela decorre.

É por isso que, ao lado do investimento na transmissão aos educandos dos conhecimentos científicos e técnicos, impõe-se garantir que a educação seja mediação da



percepção das relações situacionais, de modo que possibilite a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão se dar conta também do significado de suas atividades técnicas e culturais.

Cabe, no entanto, à escola um projeto educativo que desvele a relação de interesses dominantes, com base na crítica e no desvelamento desses compromissos ideológicos, para que, mais tarde, ela possa se tornar um espaço de elaboração de um discurso contra-ideológico e, conseqüentemente, de instauração de uma nova consciência social e, até mesmo, de novas relações sociais.

Nesse sentido, a educação exerce um papel central na formação humana, funcionando tanto como instrumento de controle quanto como caminho para a emancipação. Por meio da educação e da cultura, as ideologias moldam a maneira como os indivíduos percebem o mundo e a si mesmos, podendo, assim, reforçar ou contestar as estruturas de poder existentes.

Portanto, entender a educação como um campo de disputa ideológica exige o compromisso de compreender a realidade, buscando romper com o modo de produção capitalista. Assim, é necessário superar os limites impostos pelas ideologias dominantes, buscando novas possibilidades de formação humana crítica e emancipada, longe das amarras do capital. Por fim, cabe à escola, além de reproduzir os conhecimentos historicamente acumulados, lutar contra a hegemonia do sistema capitalista, buscando sempre formar sujeitos capazes de transformação e emancipação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. Tradução de Wolfgang Leo Maar. In:

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 119-138.

AGÊNCIA SENADO. CE debaterá 'viés político e ideológico' em livros didáticos contra o agronegócio. **Agência Senado**, 26 nov. 2024. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/26/ce-debaterá-viés-político-e-ideológico-contra-agronegócio-em-livros-didáticos>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. *Neoliberalismo autoritário no Brasil*. **Caderno CRH**, v. 34, e021020, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44695>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. **MEC consegue verba para comprar todos os livros didáticos para 2026**. G1, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/07/24/mec-consegue-verba-para-comprar-todos-os-livros-didaticos-para-2026.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2025.



CÁRIA, Neide de Pinho; ANDRADE, Nádia Lúcia de. *Material didático sob a lógica do mercado: uma questão de política educacional*. In: **ANPAE – XXV Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, 2011, São Paulo. **Anais... Cadernos ANPAE**, Niterói, RJ, v. 10, p. 353, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0419.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. 377 f. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Campinas: Autores Associados, 2010.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2006.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: o trabalho**. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. (Obras escolhidas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil Argentina**, v. 3, n. 2, p. 11-36, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405>. Acesso em: 8 ago. 2025



SIQUEIRA, Ângela Araújo. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Educação**, n. 26, p. [s. p.], mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a11.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2010.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoría marxista de la educación**. Ciudad de México: Grijalbo, 1966.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Artigo recebido em: 29 de novembro de 2025

Aceito para publicação em: 05 de janeiro de 2026

Manuscript received on: November 29th, 2025

Accepted for publication on: January 05th, 2026

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

